

Reagan também não vê razão para a alta dos juros

E o Congresso dos Estados Unidos decidiu pedir ao presidente Reagan que promova um reordenamento das dívidas externas dos países da América Latina

Em meio a uma série de protestos de autoridades latino-americanas contra os seguidos aumentos da prime rate, o presidente Ronald Reagan (foto) disse ontem, em Washington, que "não há qualquer razão satisfatória" para as altas taxas cobradas pelos bancos dos EUA. Contudo, ele não repetiu sua previsão de 12 de abril último, quando disse que as taxas cairiam "antes de acabar o verão" (inverno no Brasil). Depois que ele disse isso, já subiram a prime e os juros sobre hipotecas imobiliárias.



Depois da entrevista de Reagan, o porta-voz da Casa Branca, Larry Speakes, esclareceu que, ao dizer que não havia razões "satisfatórias" para a elevação dos juros, Reagan queria dizer "legítimas", pois acredita que esse aumento é resultado de uma política deliberada da Reserva Federal, que não vem mantendo a oferta de dinheiro em nível suficiente para acompanhar a recuperação da economia. Segundo Speakes, Reagan acha que as taxas deveriam ser mais baixas e que, além da Reserva, também são culpadas as pessoas "que têm impacto psicológico sobre os banqueiros — Wall Street e outros. Com a inflação mais baixa e os planos de cortar o orçamento, ela (a prime rate) precisa ser mais baixa".

Enquanto isso, o Congresso dos EUA decidiu pedir ao presidente Ronald Reagan que promova um reordenamento das dívidas externas dos países da América Latina, mediante a redução dos juros e ampliação dos prazos de pagamento.

A iniciativa foi tomada depois da visita de uma comissão do Parlamento Latino-Americano — presidido pelo senador brasileiro Nélson Carneiro — aos congressistas norte-americanos e está contida em uma emenda do representante republicano Den-ny Smith à Lei de Assistência Externa. A

emenda desaprova a utilização de fundos públicos para salvar da crise os bancos que se comprometeram em demasia nos créditos à Argentina e outros países.

Em sua palestra aos congressistas dos EUA, o senador Nélson Carneiro expôs um panorama sombrio da América Latina, sustentando que "o prolongamento da recessão não é um remédio para o grave problema da dívida externa e da crise econômica, é uma provocação à fome e à revolta dos povos latino-americanos".

O último aumento da prime rate levou os presidentes da Argentina, Brasil, México e Venezuela a se consultarem por telefone sobre a melhor forma de reagir à medida. Eles optaram por pronunciamentos individuais, "adequados à realidade de cada país".

Com isso, o pronunciamento mais contundente ficou por conta de Raul Alfonsín, da Argentina, para quem "é como se a loucura se houvesse apoderado de certos centros financeiros, que estariam pretendendo jogar sobre os países em vias de desenvolvimento uma bomba de nêutrons, onde os homens e as mulheres continuam vivos, mas se destrói o aparato produtivo da nação". Segundo Alfonsín, o aumento registrado na prime-rate nos últimos dois meses obrigará a Argentina a pagar 600 milhões de dólares adicionais de juros — ou seja, o equivalente à receita total das exportações de carne previstas para este ano.

O presidente argentino lembrou ainda "os trágicos acontecimentos registrados nos últimos dias em outros países da América Latina (referindo-se aos protestos da população de São Domingos contra o FMI), que trazem uma cruel advertência sobre as consequências sociais e políticas de fatos que são gerados no mundo industrializado".

Mais moderado, o presidente Figueiredo, em um comunicado distribuído pelo Itamaraty, pediu às nações credoras para considerarem "as repercussões, às vezes graves, que podem acarretar para os países devedores" quando tomam decisões como o aumento dos juros.